



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

EXPEDIENTE

CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO
Prefeito Constitucional

VALDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS
Vice-Prefeito

JULIANA MOURA P. DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

EVERCTON HYAGO FERNANDES COSTA
Assessor de Comunicação

FRANÇUI RAMALHO DA SILVA FILHO
Secretário de Administração e Planejamento

ROBERTA WALERIA R. FORMIGA PAIXÃO
Secretária de Finanças

JOSE ZEZITO DOS SANTOS
Sec. de Obras Públicas e Serviços Urbanos

GERSSIHANE FERNANDES LINHARES
Secretária de Saúde

MARCILIO JORGE BATISTA DE LACERDA
Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

IVONEIDE ARAUJO BEZERRA PAIXÃO
Sec. de Ação e Promoção Social

ALBERTO DE ALBUQUERQUE FERNANDES
Secretário de Educação

FRANCISCO GOMES
Secretário de Esporte, Turismo e Lazer

ELAINE CRISTINA LINHARES DE ARAUJO
Secretário de Cultura

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de Condado – PB para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências.

Caio Rodrigo Bezerra Paixão, Prefeito Constitucional do Município de Condado, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal de Condado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Condado - PB, para o exercício de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

- I. as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e medidas para incremento da receita;
- VI. as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- VII. as disposições gerais.

§ 1º Os dispositivos da presente Lei de Diretrizes Orçamentárias contêm orientações específicas quanto:

- I. ao equilíbrio entre as receitas e despesas municipais;
- II. aos critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 - LRF;
- III. aos critérios para a recondução da dívida pública municipal caso ultrapasse os respectivos limites na forma do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 - LRF;
- IV. as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- V. as condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e a pessoas físicas;
- VI. a outros critérios orientadores a elaboração e execução da movimentação orçamentária e financeira municipal.

§ 2º Em conformidade com a Portaria nº 286, de 7 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN integram a presente Lei os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais compreendendo os demonstrativos a seguir:

- I. Riscos Fiscais e Providências;
- II. Metas Anuais;
- III. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- IV. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- V. Evolução do Patrimônio Líquido;



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

- VI. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- VII. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- VIII. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2021, fixadas conforme as áreas temáticas que compõem o Plano Plurianual – PPA – 2018-2021 constam do Anexo I que integra a presente Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das prioridades e metas mencionadas no "caput" deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I. provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III. despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;
- IV. conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das prioridades e metas de que trata o "caput" deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2021, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais.

§ 3º As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2021, se verificado, quando da sua elaboração, alterações que impactem na estimativa das receitas e despesas.

§ 4º Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária de 2021.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I

Da estrutura dos orçamentos

Art. 3º A receita municipal será constituída:

- I. dos tributos de sua competência;
- II. das transferências constitucionais;
- III. das atividades econômicas que por conveniência o Município venha executar;
- IV. dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e instituições privadas nacionais e internacionais;
- V. das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI. das cobranças de dívida ativa;

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

- VII. das alienações de bens;
- VIII. das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;
- IX. outras rendas.

§ 1º A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº163, de 04 de maio de 2001, e alterações posteriores.

§ 2º As receitas oriundas de fontes vinculadas não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades.

§ 3º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas aos respectivos orçamentos.

Art. 4º Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á por categoria econômica, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa, devendo esta ser detalhada até modalidade de aplicação e fontes de recursos.

§ 1º A categoria econômica tem por finalidade identificar se a despesa é Corrente ou de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e as despesas de capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

§ 2º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimentos, conforme o disposto no § 5º do art. 165, da Constituição Federal.

§ 3º os conceitos de grupo de despesa e modalidade de aplicação são aqueles estabelecidos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Orçamento Federal nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações;

§ 4º É vedada à execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 5º No Projeto de Lei Orçamentária será atribuído a cada Projeto, Atividade e Operação Especial um código numérico estabelecido pelo setor responsável pelo Planejamento, órgão responsável pela elaboração da referida Lei.

Seção II

Do Projeto da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais dependentes instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2020, será constituído de:

- I. Mensagem;
- II. texto da lei;
- III. quadros orçamentários consolidados;
- IV. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

Art. 7º Para efeito da elaboração da Lei Orçamentária Anual de que trata a presente Lei, o Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Administração, sua respectiva proposta orçamentária,



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

observado os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 8º A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Art. 9º A lei orçamentária anual conterá dotação consignada à reserva de contingência no valor equivalente a 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida, para atender o disposto no inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A não utilização dos créditos consignados à Reserva e Contingência nos fins previstos no "caput" até 30 de novembro de 2020, poderá dar cobertura a créditos adicionais para suprir insuficiência orçamentária.

Seção III Dos Prazos

Art. 10. O Poder Executivo enviará até 30 de setembro de 2020 ao Poder Legislativo Municipal o Projeto de Lei Orçamentária, com sua despesa consolidada discriminada na forma estabelecida nesta Lei.

§ 1º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária, com base no qual será editada a correspondente Lei, cuja integridade em relação aos documentos e arquivos de dados recebidos, para fins de publicação, será de responsabilidade do Poder Executivo:

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 11. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, unidade, universalidade e anualidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo realizará audiência pública durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir a programação constante, propostas de alterações do Plano Plurianual 2018-2021, que tenham sido objeto de Projetos de Lei específicos.

Art. 13. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Na programação da despesa, em conformidade com a LRF, não poderão ser:

I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

III. incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;

IV. consignados créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigíveis nos convênios, acordos e similares.

Seção II

Dos Débitos Judiciais

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2021 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II. certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 18. O órgão responsável pela Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração até 05 de agosto de 2020, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2021, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão devedor da administração direta ou indireta, especificando:

I. número da ação originária;

II. número do precatório;

III. tipo de causa julgada;

IV. data da autuação do precatório;

V. nome do beneficiário;

VI. valor do precatório a ser pago;

VII. data do trânsito em julgado;

VIII. número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único. A relação dos débitos de que trata o caput deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos atendam as condições estabelecidas no art. 17 desta Lei.

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

§ 2º É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do sistema contábil utilizado, após o último dia do exercício, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Seção III

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

Art. 19. - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas com ou sem fins lucrativos, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

III. sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município.

Seção IV Das alterações da Execução da Lei Orçamentária Anual

Art. 20. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I. Na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II. acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 21 Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III. sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões;

b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do Projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de que não inviabilizarão as atividades de natureza operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida;

III. em relação a alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, identificando cada uma das dotações modificadas com a indicação das alterações atribuídas;

IV. as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados na Lei de Orçamento, com indicação das fontes financiadoras e as denominações atribuídas.

V. quadro demonstrativo da manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas e a correspondência das fontes de recursos.

§ 2º É vedada a inclusão de emendas ao Projeto de Lei e à Lei Orçamentária, bem como, em suas alterações que anulem dotações provenientes:

I. de precatórios judiciais;

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

II. do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

III. do limite mínimo para área do ensino, estipulada pela Constituição Federal;

IV. de receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como a convênios, execução de programas especiais e operações de créditos;

V. de receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI. do limite mínimo para área de Saúde, estipulada pela Emenda Constitucional nº 29;

VII. de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

§ 3º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará em indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 22. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as mesmas fontes de financiamento, as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 23. O Poder Executivo poderá enviar Mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na Comissão Técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 24. Os créditos adicionais autorizados pelo Legislativo serão abertos e apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária, definido no art. 30 desta Lei, e em conformidade aos preceitos estabelecidos nos artigos 40 e seguintes da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados e as alterações do Quadro do Detalhamento de Despesas, alterações do Orçamento Analítico, serão editados mediante Decreto do Executivo.

Art. 25. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, bem como de uma fonte de recurso para outra, até o limite de 15% (quinze por cento) das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais.

Art. 26. A LOA disporá sobre percentual de autorização para a abertura de créditos adicionais, conforme disposto no artigo 43 na Lei Federal nº 4.320/64 e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.

Art. 27. Na programação da despesa, não poderão ser:
I – fixadas despesas, sem que existam fontes de recursos compatíveis e sem que as unidades executoras estejam instituídas legalmente;

II – incluídos pagamentos, a qualquer título, a servidor da administração pública, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, exclusive aqueles custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Parágrafo único. O disposto no inciso II não se aplica a pesquisadores de instituições de pesquisas e de Ensino Superior, bem como a coordenador, instrutor e/ou supervisor de curso de capacitação de Recursos Humanos.

CAPÍTULO V

DA POLÍTICA DE FOMENTO

Art. 28. O Poder Executivo poderá mediante autorização legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada desde que resultem em crescimento econômico e que visem:



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

- I - a redução dos níveis de desemprego;
- II - financiar ações para o incentivo e a atração de novos investimentos;
- III - promover empreendimentos produtivos em todos os segmentos da economia, de maior efeito multiplicador do emprego e da renda;
- IV - aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais, através de empréstimos de recursos financeiros aos empreendedores.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão projetadas com base nas despesas executadas no mês de abril de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente, os limites previstos nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Administração, autorizado a realizar o seguinte:

- I – criar, extinguir ou reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais, observando as condições estabelecidas nesta lei e as restrições do art. 71, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.
- II- realizar concurso público para cargos efetivos do quadro de pessoal do município.
- III – realizar programa de treinamento e qualificação do servidor público municipal.

Art. 31. Se a despesa com pessoal ultrapassar o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a realização de serviço extraordinário, no decorrer do exercício de 2021, dependerá de autorização especial prévia e será admitida apenas para setores considerados relevantes para o interesse público, voltados para as áreas de educação e de saúde, em situações de emergência que envolvam risco ou prejuízo para a população.

Art. 32. O disposto no § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade; e
- II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de categoria ou cargo extinto, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

Art. 33. Poderá o Poder Executivo Municipal realizar no exercício financeiro de 2021:

- I – atualização e adequação do Código Tributário do Município a nova sistemática tributária nacional;
- II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas capazes de motivar o contribuinte ao pagamento e evitar a evasão de receitas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Da limitação de empenhos

Art. 34. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas na LRF, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder do Município.

§ 1º Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a:

- I - obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública; e
- II - as dotações custeadas com recursos de doações, convênios e operações especiais.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção II

Das Diretrizes Gerais para elaboração, execução e cumprimento das metas do orçamento Municipal

Art. 35. O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2021, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão (LC 101/00; art. 48, parágrafo único).

Art. 36. Se verificando, ao final de um bimestre, que a regularização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os critérios:

- I – redução de empenhos relativos a horas extras;
- II – redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;
- III – redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;
- IV – redução de despesas de consumo.
- V – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- VI – as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- VII – a forma de utilização e montante da reserva de contingência.



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

Seção II Disposições finais

Art. 37. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021 o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 38. Os preços estimados para a Proposta Orçamentária de 2021 terão como base a projeção da média mensal da execução da receita e despesa calculada sobre o período compreendido entre 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Art. 39. Para fins do art. 16 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas com valor até R\$ 33.000,00 (trinta mil reais).

Art. 40. Poderá o Executivo participar de consórcio intermunicipal, mediante aprovação de protocolo de intenção entre os partícipes e lei específica aprovada pela Câmara.

Art. 41. Os recursos destinados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para cobrir diretamente a necessidades de pessoas físicas, ou seja, ajudas financeiras, observarão as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como as condições definidas em lei específica.

Art. 42. O Executivo poderá atualizar das metas fixadas no momento de envio do projeto da lei orçamentária, caso seja necessário.

Art. 43. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação desde que haja autorização Legislativa específica para tal finalidade.

Art. 44. São partes integrantes desta Lei, os anexos de que tratam das Metas e Riscos Fiscais e das Despesas de Capital, conforme dispõe a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Condado, Estado da Paraíba em 26 de Junho de 2020.

Caio Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito Constitucional

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA A LDO 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO

PROJETO:

Ampliação do Prédio da Câmara

ATIVIDADES:

Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Contribuição para o INSS do Pessoal da Câmara Municipal

GABINETE DO PREFEITO

ATIVIDADES:

Manutenção das Atividades administrativas do Gabinete do Prefeito
Divulgação das atividades e atos da administração Municipal
Contribuição para FAMUP e outros

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO:

Realização de concurso público

ATIVIDADES:

Manutenção da assessoria Jurídica
Manutenção das Atividades da Secretaria de administração e planejamento
Pagamento de ações judiciais (Precatórios e Outros)

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATIVIDADES

Contribuição ao PASEP
Manutenção das atividades administrativas da secretaria de finanças
Amortização e encargos da dívida contratada
Amortização e encargos com a dívida do INSS
Pagamento de dívida junto a Energisa
Pagamento de dívida junto a CAGEPA

SECRETARIA OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJETO:

Pavimentação de ruas e avenidas
Recuperação e adequação de estradas vicinais
Aquisição de máquinas e equipamentos
Aquisição de patrulha mecanizada
Adequação de estradas vicinais

ATIVIDADES:

Manutenção das Atividades da Secretaria de obras públicas e serviços urbanos
Manutenção de iluminação pública
Manutenção de praças públicas
Manutenção dos recursos do fundo especial do petróleo – FEP
Gestão de resíduos sólidos urbanos
Manutenção das ações com recursos da CIDE



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA A LDO 2021

SECRETARIA DE SAÚDE

ATIVIDADES:

Manutenção dos Conselhos da saúde
Manutenção das atividades administrativas da secretaria de saúde

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATIVIDADES:

Manutenção das atividades da secretaria agricultura e meio ambiente
Preservação e conservação do meio-ambiente
Assistência ao pequeno produtor rural
Contribuição ao fundo seguro safra
Melhoramento e recuperação de estradas vicinais

SECRETARIA DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

ATIVIDADES:

Manutenção das atividades da secretaria de ação e promoção social
Manutenção do conselho tutelar
Doação diversa a pessoas físicas instituída em lei municipal
Benefício de prestação continuada na escola - BPC
Manutenção das atividades de controle social

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADES:

Manutenção dos conselhos de educação
Manutenção da secretaria de educação
Programa de alimentação escolar - mais educação
Manutenção das atividades do desenvolvimento do ensino-MDE
Manutenção do PNAE - ensino fundamental
Manutenção do transporte escolar - ensino fundamental
Manutenção do salário educação - QSE
Manutenção do PDDE - Ensino Fundamental
Manutenção das atividades do ensino Fundamental - FUNDEB
Manutenção do transporte escolar - ensino médio
Manutenção das atividades da educação infantil - MDE
Manutenção do transporte escolar - ensino infantil
Manutenção do PNAE - pré-escola
Manutenção das Atividades da educ. Infantil Pré-escola FUNDEB - outras despesas
Manutenção do PDDE - Ens. Infantil (Pré-Escola)
Manutenção do PDDE - Ens. Infantil (Creche)
Manutenção do PNAE - Creche
Manutenção das atividades da educação infantil creche - MDE
Manutenção das atividades da educação infantil creche - FUNDEB
Manutenção das atividades de jovens e adultos EJA - MDE
Manutenção do PNAEEJA - Jovens e adultos
Manutenção das Atividades de jovens e adultos EJA - FUNDEB
Manutenção do programa Brasil alfabetizado
Manutenção do programa projovem campo - saberes da terra
Manutenção do PEJA - Prog. de apoio sistema de ens. para atend. ao EJA
Distribuição de merenda escolar AEE - (Fundamental)
Distribuição de merenda escolar AEE - (Creche)
Distribuição de merenda escolar AEE - (Pré Escola)
Programa de atendimento ao aluno especial - AEE Fundamental
Programa de atendimento ao aluno especial - AEE Pré Escola
Programa de atendimento ao aluno especial - AEE Creche

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA A LDO 2021

SECRETARIA DE ESPORTE TURISMO E LAZER

ATIVIDADES:

Promoção de eventos sociais
Manutenção das atividades da secretaria esporte, turismo e lazer
Apoio à comunidade esportiva local
Manutenção do programa segundo tempo
Fomento e realização das atividades desportivas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADES:

Manutenção do fundo municipal de saúde- FMS
Piso de Atenção Básica em Saúde
Manutenção das Atividades dos agentes comunitários de saúde - ACS
Manutenção das atividades de saúde da família - SF
Manutenção da saúde bucal
Manutenção do NASF- núcleo de apoio à saúde da família
PMAQ - Programa de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica
Manutenção do Teto munic. Méd. Alta complexidade ambulatorial e hospitalar
Manutenção das ações do centro de especialidades odontológicas-CEO
Outros programas da média e alta complexidade- SUS
Manutenção da farmácia básica
Manutenção das ações estruturantes de vigilância sanitária
Manutenção do Piso fixo de vigilância e promoção da saúde - PFVPS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADES:

Manutenção do conselho municipal de assistência social
Manutenção de gestão do programa bolsa família - IGD/PBF
Manutenção de outros programas e serviços sociais
Manut. Serviço proteção e atendimento integral a família
Manutenção de atividades de gestão do Suas - IGD/SUAS
Manutenção Serviços da proteção social especial - PSE
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

ATIVIDADES:

Manutenção da secretaria de cultura
Realização da semana cultural
Realização e apoio de eventos culturais

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Reserva de Contingência

Caio Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

LEI Nº. 506/2020

ANEXO DAS DESPESAS DE CAPITAL

R\$1,00

DESPESA DE CAPITAL	LDO – EXERCÍCIO FINANCEIRO 2021		
	CODIGO	VALOR	% sobre o Total da Despesa
I. DESPESA DE CAPITAL	4.0.00.00.00	7.242.922,00	100%
II. INVESTIMENTOS	4.4.00.00.00	7.026.660,00	97,01%
RATEIO PELA PART. EM CONSORCIO PUBLICO	4.4.71.70.01	4.185,00	0,06%
MATERIAL DE CONSUMO	4.4.90.30.01	16.620,00	0,26%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	4.4.90.36.01	9.885,00	0,14%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.4.90.38.01	55.070,00	0,76%
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.01	2.790.738,00	38,53%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.4.90.52.01	3.500.000,00	48,32%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.4.90.61.01	91.678,00	1,27%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.4.90.93.01	586.783,00	7,68%
III. INVERSÕES FINANCEIRAS	4.5.00.00.00	42.500,00	0,59%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.5.90.61.01	42.500,00	0,59%
III. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	4.6.90.71.01	173.762,00	2,40%

Caio Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demanda Judicial	0,00		
Obrigações decorrentes de processos em andamento	0,00		
Ações e Demandas Cíveis em andamento	0,00		
Reserva para Contingência	0,00		
Outros Passivos Contingentes	404.913	Alteração de créditos admissíveis a pagar da Reserva	404.913
SUBTOTAL	404.913	SUBTOTAL	404.913
DEMAIS RISCOS FISCIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Fundação de Amparo à Pesquisa	994.475		
Restituição de Tributos a Mayor	84.580		
Outros Riscos Fiscais	1.087.955		
TOTAL	1.997.868	TOTAL	1.997.868

CONDICIONANTES de Ingresso e Administração, Setor: Condado

Caio Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (c)	% RCL (c/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (d)	% RCL (d/RCL) x 100
Reserva Total	25.420.040	24.893.014	116,74%	27.535.740	25.041.029	117,92%	29.547.450	26.538.897	118,01%
Reserva para Projeções (I)	25.492.958	24.275.340	107,91%	27.510.365	25.414.085	116,08%	29.482.670	26.365.069	117,07%
Despesas Total	25.620.040	24.694.014	102,43%	27.515.780	25.641.026	117,02%	29.517.450	26.538.897	119,01%
Despesas Formadas (II)	25.442.268	24.521.150	101,72%	27.452.216	25.474.078	116,74%	29.427.460	26.387.900	117,25%
Reservado Formado (III) = (I) - (II)	177.680	1.728.164	0,20%	64.871	18.943	0,18%	144.790	140.101	0,18%
Res. Risco Normal	1.220.062	1.272.108	0,88%	1.218.075	1.283.031	0,94%	1.237.680	1.294.320	0,94%
Unidade Pública Contratada	11.850.000	13.159.398	55,37%	12.500.000	13.410.167	62,70%	13.910.000	14.420.447	59,85%
Unidade Contratada, Cláusula	11.850.000	11.421.687	47,38%	12.482.500	11.535.999	52,65%	12.940.000	11.643.015	51,74%
Rec. das Projeções Adicionais (IV) = (I) - (II) - (III)									
Despesas Formadas por Projeções (V)									
Imposto do Sítio (VI) = (I) - (V)									

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 49, § 1º)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021

O Manual de Demonstrações Fiscais da SFM, na RFB, edição em pag. 62, tem a informação de que o PIB é o produto interno bruto, e não a soma de RCLs.

ÍNDICE	2021	2022	2023
PIB (CONDOM)	1.017%	1.350%	1.030%
CONDOM	1.017%	1.074%	1.111%

ÍNDICE	2021	2022	2023
PIB (CONDOM)	1.017%	1.350%	1.030%
CONDOM	1.017%	1.074%	1.111%

Caio Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2021

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019		Metas Realizadas em 2019		Variação	
	(a)	% RCL	(b)	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	30.062.736	168,67%	18.264.404	128,34%	(11.798.332)	(39,25)
Receitas Primárias (I)	28.927.575	162,81%	18.209.917	127,95%	(10.717.658)	(37,05)
Despesa Total	30.954.967	173,68%	18.228.192	131,60%	(12.726.775)	(39,50)
Despesas Primárias (II)	30.773.206	172,66%	19.233.789	135,15%	(11.539.417)	(37,50)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.845.631)	-10,36%	(1.023.872)	-7,19%	821.759	(44,52)
Resultado Mensal	(564.179)	-3,17%	(312.175)	-1,92%	(252.004)	(44,68)
Dívida Pública Consolidada	10.900.000	61,16%	10.347.248	72,71%	(652.752)	(5,97)
Dívida Consolidada Líquida	10.430.000	58,53%	8.763.612	57,30%	(1.666.388)	(15,98)

Nota explicativa: RCL do exercício de 2019: 85.17.822.911,32

Caro Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2021

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES			VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Receita Total	33.460.011	40.652.736	44.627.605	35.21%	23.627.040	26,02%
Receitas Primárias (I)	33.146.567	38.927.575	41.626.539	35,12%	23.392.654	24,73%
Despesa Total	45.546.317	40.954.967	44.627.605	35,23%	23.627.040	26,04%
Despesas Primárias (II)	45.336.483	39.838.155	44.342.405	35,05%	23.452.766	25,91%
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.789.916)	(910.580)	(715.866)	-18,43%	(1.060.112)	-19,33%
Resultado Mensal	(564.002)	(264.179)	(219.266)	-14,34%	(230.000)	-17,02%
Dívida Pública Consolidada	9.682.000	10.900.000	12.100.000	17,85%	11.850.000	12,62%
Dívida Consolidada Líquida	9.500.000	10.430.000	11.700.000	17,76%	11.850.000	12,44%

Nota explicativa: RCL do exercício de 2019: 85.17.822.911,32

Caro Rodrigo Bezerra Paixão
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

	2019		2018		2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	(1.949.084,00)	100,00%	(1.700.418,00)	100,00%	(3.200.758,15)	100,00%
TOTAL	(1.949.084,00)	100,00%	(1.700.418,00)	100,00%	(3.200.758,15)	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2019		2018		2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Nota:

Quando comparado os exercícios de 2019/2018, observa-se que houve aumento do Pl. de 14,64%. O Município de Condado possui APPS, portanto, esse aumento não representa valor acumulado.

Cam. Rodrigo Bezerra Paesão
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

	2019		2018		2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RECEITAS REALIZADAS						
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS EXECUTADAS						
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	44.100,00	100,00%	44.100,00	100,00%	44.100,00	100,00%
DESPESAS DE CAPITAL	44.100,00	100,00%	44.100,00	100,00%	44.100,00	100,00%
Investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Inventos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
VALOR LÍQ.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Cam. Rodrigo Bezerra Paesão
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823



Jornal Oficial do Município "A VOZ DE CONDADO"

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 17 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1976

Ano: 2020 - Edição Extra nº. 032 – Condado- PB, Sexta Feira, 26 de Junho de 2020.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021**

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2021	2022	
TOTAL					RS 1,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

Nota: O Município de CONDADO não possui previsão de renúncia de receita para os exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Caio Rodrigo Bezerra Paivalo
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 506/2020

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021**

EVENTOS	Valor Previsto para 2021
Aumento Permanente da Receita	
1.1 Transferências Constitucionais	
1.1.1 Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receitas (1)	0,00
Redução Permanente de Despesas (2)	
Margem Bruta (1) x (2) (3)	0,00
Saldo Líquido da Margem Bruta (4)	0,00
Reserva DDEC	
Reserva DDEC paralisada por PPO	
Margem Líquida de Expansão de DDEC (4) - (5) (6)	0,00
NOTA: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil	

NOTA:
O Município de Despesas Obrigatórias de Caráter Contínuo - DDEC, foi instituído pelo Lei nº. 141, em 28 de dezembro de 2017, com o art. 12, onde se faz a previsão de aumento permanente derivado de emendas legislativas ao Ato Administrativo nº. 107/2017. Este projeto de lei tem por objetivo a redução líquida das despesas obrigatórias de caráter contínuo, e não a redução líquida das despesas obrigatórias de caráter contínuo. O valor líquido da margem bruta de expansão de despesas obrigatórias de caráter contínuo é de R\$ 0,00. A previsão de aumento permanente de receitas, prevista no art. 12 da Lei nº. 141, de 28 de dezembro de 2017, não se aplica ao exercício de 2021. Não há previsão de aumento permanente de receitas para o exercício de 2021, portanto, não há aumento permanente de despesas obrigatórias de caráter contínuo em função da ausência de previsão de aumento permanente de receitas para o exercício de 2021. A previsão de aumento permanente de despesas obrigatórias de caráter contínuo é de R\$ 0,00.

Caio Rodrigo Bezerra Paivalo
Prefeito Municipal

Verônica Dias Vieira
Contadora
CRC/PB 5.823